



# Revista de Claseshistoria

Publicación digital de Historia y Ciencias Sociales

Artículo Nº 71

27 de febrero de 2010

ISSN 1989-4988

[Revista](#)

[Índice de Autores](#)

[Claseshistoria.com](http://Claseshistoria.com)

MICHEL GOULART DA SILVA

Os militares e a “grande mentira”: história e política no Tempo Presente

## RESUMEN

Se presenta en este trabajo una discusión de algunos de los textos acerca del golpe de 1964 y de la dictadura civil-militar en Brasil escritos por civiles e militares, publicados en las revistas y libros de la editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Son analizados algunos de los libros publicados por esta editora y los artículos publicados en la “Revista do Exército” y la revista “A defesa Nacional”, entre 2003 e 2008, que discutan o narren acontecimientos a respecto de lo golpe o del período dictatorial. En esas versiones de la historia escritas por los militares son tomados como puentes de partida los elementos de los discursos historiográficos y de la propaganda ideológica elaborada por los militares y difundida durante el propio régimen dictatorial durante su existencia. Con esto, la intervención de las Fuerzas Armadas es encarada como fundamental, pues los militares supuestamente establecieron la orden diente de la también supuesta subversión promovida por las izquierdas.

## PALABRAS CLAVE

Fuerzas Armadas, Pensamiento conservador, Historiografía.

Michel Goulart da Silva

Maestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

[michelgsilva@yahoo.com.br](mailto:michelgsilva@yahoo.com.br)

[Claseshistoria.com](http://Claseshistoria.com)

27/02/2010

Tem sido constante a divulgação de livros, artigos, entrevistas e testemunhos de militares a respeito do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar que o sucedeu, no Brasil. Esses discursos, pronunciados desde diferentes lugares, expressam as interpretações e ideologias de uma parcela dos militares que vivenciaram sua carreira militar nas décadas de 1960 e 1970, e cujo objetivo passa por convencer as novas gerações de civis e de militares de que a historiografia que vem sendo divulgada pelas esquerdas e pela historiografia acadêmica a respeito do golpe e da ditadura não passariam de distorções do que teria “realmente acontecido”.

Segundo o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, constantemente citado na imprensa em função dos processos que o acusam de torturas e assassinatos durante a ditadura, “em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista”. Contudo, depois dessa primeira vitória,

infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações.<sup>1</sup>

Segundo o General Agnaldo Del Nero Augusto, no livro *A grande mentira*, publicado em 2001, na mudança de contexto posterior ao fim da ditadura, utilizando a propaganda, que foi “a mesma arma que criou a *lenda dourada do comunismo*”, os representantes das esquerdas “conseguiram atribuir a si mesmos o retorno do País ao pluralismo político e se autoproclamar angelicais defensores da democracia”. Essa “grande mentira” construída pelos comunistas, “repetida de várias formas, em incontáveis oportunidades e nos diferentes meios de comunicação”, acabaria por ganhar “foros de *verdade*”. Como consequência, segundo o General Augusto “os mais

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 12 de setembro de 2000, em MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, t. 5, p. 234.

jovens, e boa parte dos atuais integrantes das Forças Armadas e os seus familiares, não vivenciaram aquelas situações e passaram a ser impregnados pela Grande Mentira com sua versão ideológica dos fatos”.<sup>2</sup>

Esses fragmentos de idéias produzidas por militares acerca do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar expressam um discurso que pretende ser hegemônico hoje nas Forças Armadas. Ele está disponível em livros e revistas publicados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), principal editora militar. Esses e outros discursos procuram, de um lado, apontar para a necessidade de estabelecer “verdade” diante das supostas distorções historiográficas que desqualificam as ações dos militares, propondo-se a esclarecer as gerações mais jovens acerca do passado. Segundo o Coronel José Fernando de Maya Pedrosa, “nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo, o sistema solar”, parecendo “atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos”.<sup>3</sup>

Por outro lado, os discursos expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer a suposta relevância política e importância histórica das ações dos militares. Segundo Celso Castro, para os militares, mesmo tendo vencido “a guerra contra as organizações da esquerda”, na Nova República estão “enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a ‘anistia para os dois lados’”.<sup>4</sup> Para os militares ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória empreendidas

---

<sup>2</sup> AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 16, grifos do autor.

<sup>3</sup> PEDROSA, José Fernando de Maya. *O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008, p. 32-3.

<sup>4</sup> CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 135.

contra aqueles que estariam constantemente desqualificando suas ações do passado, como a imprensa.<sup>5</sup>

Na produção de discursos elaborados pelos militares uma das apostas tem sido a produção de textos com pretensões historiográficas, sejam livros volumosos que mostram um grande esforço de pesquisa e escrita, sejam artigos de divulgação rápida publicados nas revistas militares, além de testemunhos orais. Esses produtores de história procuram estabelecer em seus discursos um estatuto de verdade, baseado na descrição objetiva dos acontecimentos, procurando narrar o que teria sido “sufocado” pelo “autoritarismo de esquerda” no poder.

Segundo alguns discursos militares produzidos contemporaneamente, ainda hoje os comunistas estariam apostando em formas de ação e propaganda no sentido de subverter a ordem pública, desqualificando as ações das Forças Armadas e apostando em uma política de mentiras e revanchismo. Para esses militares, apostar na subversão faria parte de uma espécie de natureza antidemocrática dos comunistas. O General Augusto é bastante categórico em afirmar que “as organizações subversivas que atuaram no País nunca defenderam democracia nenhuma”.<sup>6</sup> Como resposta às formas contemporâneas de “subversão” da esquerda, os militares estariam sendo obrigados a mostrar as “verdadeiras” intenções dos comunistas, não apenas os desmascarando em suas ações políticas contemporâneas, como elucidando as novas gerações a respeito de suas tentativas de tomada do poder ao longo do século XX.

### **O “inimigo interno” e as “elites”**

Os discursos contemporâneos dos militares acerca da primeira metade da década de 1960 afirmam que estava em marcha uma tentativa de golpe por parte da esquerda, ou seja, dos comunistas, de parte “radical” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de outros grupos menores. Esta caracterização é descrita pelo Clube Militar, em texto institucional, de 2004:

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>6</sup> AUGUSTO, Op. Cit., p. 15.

O ano de 1964 encontrou o Brasil aturdido. A economia comprometida, a sociedade atônita e acuada, entre o medo e a desesperança. As Forças Armadas aviltadas e divididas, a vida política tornada um circo mambembe. A grande massa silenciosa, entretanto, já não suportava mais tanta irresponsabilidade, tanto faz-de-conta, tanta omissão.<sup>7</sup>

Em outro discurso, Aricildes Motta, coordenador do projeto de História Oral do Exército, afirma que

o Brasil vivia uma época de anarquia nos planos político, econômico e administrativo, especialmente nas atividades públicas, e que se agravou a partir de 1961. O governo de João Goulart estimulava a desordem, a agitação e a indisciplina, no intuito de consolidar o projeto político que ambicionava ver realizado: a república comuno-sindicalista.<sup>8</sup>

Nesses e em outros discursos faz-se uso da idéia de “inimigo interno”, ainda que a expressão não seja utilizada. Essa idéia embasou em grande medida as ações políticas dos militares e dos setores anticomunistas no golpe e durante a ditadura, sendo parte da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo Padrós, a DSN apontou para a existência de um “estado de guerra permanente”, contra o suposto “inimigo interno”, que poderia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente.<sup>9</sup> Nesse sentido, também segundo Padrós, o perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, externas, diferentes das locais, fazendo com que os cidadãos identificados internamente com essas “ideologias” fossem “tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política

<sup>7</sup> CLUBE MILITAR. O movimento revolucionário de março de 1964. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 141, set/out/nov/dez de 2004, p. 69.

<sup>8</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes. A história e a Revolução de 31 de março de 1964. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 142, set/out/nov/dez de 2005, p. 38-9.

<sup>9</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. 2005. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 25.

(da elite) local”.<sup>10</sup> Dessa forma, “o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado ‘subversivo’, inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à nação”.<sup>11</sup>

Nessa doutrina, os mais temidos “inimigos internos” eram os comunistas, pois eram organizações que, por natureza, não respeitava os interesses nacionais. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, segundo o General Augusto, teria nascido como partido que “aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes. Renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”.<sup>12</sup>

Segundo Rodrigo Motta, em estudo a respeito do anticomunismo no Brasil, os comunistas eram considerados agentes da URSS, “sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil”. Na propaganda explorada de forma recorrente ao longo do século XX, segundo Motta, “os comunistas foram acusados tanto de tentar destruir e trair a pátria, em algumas versões, como de vendê-la em troca do ouro de Moscou, em outras. Se eles tivessem sucesso em seus intentos traidores, o destino do Brasil seria tenebroso, entregue aos desígnios do império russo”.<sup>13</sup>

Percebe-se que esses textos escritos por militares continuam informada por elementos da DSN de décadas atrás, quando esses produtores de história se graduaram como oficiais das Forças Armadas. Percebe-se em seus discursos a identificação da contestação como um elemento negativo para a ordem pública, além da compreensão de que devem ser combatidas inclusive as ações internas de oposição.<sup>14</sup> Por outro lado, embora o comunismo, depois do fim da União Soviética e de seus aliados, tenha deixado de ser tema de preocupação enquanto uma ameaça

<sup>10</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 144.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> AUGUSTO, Op. Cit., p. 27.

<sup>13</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 31.

<sup>14</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD/INL/MEC. 1980, p. 61-2.

concreta e objetiva, o olhar militar, quando pensa as décadas passadas, continua a ver essa expressão ideológica como algo estranho à nacionalidade.

Embora nas últimas décadas sejam identificáveis significativas mudanças na doutrina dos militares, pode-se afirmar, conforme pesquisa realizada por Adriana Marques, que no contexto internacional marcado pelo fim da Guerra Fria e pelo enfraquecimento dos antigos condicionantes de caráter ideológico à formulação das concepções estratégicas, não se operou mudanças significativas na orientação tradicional, em particular do Exército, acerca da preparação da defesa interna, ainda que em documentos oficiais a afirmação de que existe um inimigo interno específico a ser combatido tenha sido eliminada. Segundo a pesquisadora, as Forças Armadas, principalmente o Exército, continuam trabalhando com a hipótese de que devem preparar-se para uma eventual ação militar contra movimentos sociais, ou seja, contra outras “forças adversas”.<sup>15</sup>

Nesse sentido, verifica-se que um dos conceitos que permanecem na doutrina é o de *elite*, entendido como “conjunto de pessoas que, seja no Governo, seja nos diferentes segmentos da sociedade nacional, exercem papéis de condução ou representação das necessidades, dos interesses e das aspirações coletivas”. Dessa forma, quando as elites pautam suas ações em objetivos diferentes daqueles considerados de interesse da nação, “perdem sua legitimidade, e a comunidade nacional encontra os meios para substituí-las, restabelecendo assim uma perfeita identidade de propósitos”.<sup>16</sup> Portanto, se algum governante passar a defender interesses que sejam considerados particulares ou estranhos à nacionalidade, ele pode ser derrubado pelas forças que, de forma legítima, defendam os interesses nacionais.

Nesse ponto a doutrina também informa a escrita a respeito do passado, pois parece que o presidente João Goulart, visto como grande aliado dos comunistas, é exemplar nesse esquema das elites que perdem legitimidade. Em palestra proferida

---

<sup>15</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de defesa nacional no Brasil (1950-1996)*. 2001. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 137-138.

<sup>16</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Luzes, 2000, p. 44.

no Clube Militar, em 31 de março de 2008, o General Ulisses Lisboa Lannes dizia que “investido dos plenos poderes presidenciais, João Goulart rapidamente passou a conduzir ações no sentido de implementar um projeto golpista que desaguardaria em um regime totalitário de esquerda”. Segundo Lannes João Goulart estaria sendo influenciado pelo seu cunhado, Leonel Brizola, que defenderia as “reformas de base” e a implantação de uma “república sindicalista”. Como consequência, “controlando o aparelho sindical, o governo promovia o grevismo, a anarquia e o caos, e o país passou a viver dias de intranquilidade, estagnação econômica e inflação descontrolada”.<sup>17</sup>

Percebe-se, por outro lado, além da percepção da história segmentada entre elites e massas, que os militares olham para os acontecimentos como sendo consequência da ação de uma única pessoa, dando vazão a interpretações produzidas pela direita golpista e anticomunista da década de 1960. Segundo o historiador Jorge Ferreira, “para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas”.<sup>18</sup> Entretanto, essa forma de encarar o presidente João Goulart foi tão influente, que mesmo uma parcela da historiografia acadêmica aderiu a ela. Segundo Jorge Ferreira, “em uma análise tradicional, superada na historiografia e teoricamente inaceitável, o regime instaurado em março de 1964 (...) teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo”.<sup>19</sup> Nesse raciocínio, em particular aquele informado pela doutrina da ESG, a ditadura teria sido necessária, pois uma parcela das elites brasileiras teria se desviado dos interesses nacionais.

Nos discursos contemporâneos dos militares há uma intrínseca articulação entre as ações ditas sem legitimidade do presidente João Goulart e a subversão perpetrada pelos comunistas. Esses eram aspectos ressaltados pelos militares ao longo da ditadura, como parte dos esforços de legitimar as ações repressivas e de

<sup>17</sup> LANNES, Ulisses Lisboa Parezzo. Revolução democrática de 31 de março de 1964. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XCIV, nº. 810, jan/fev/mar/abr de 2008, p. 49.

<sup>18</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). 2ª ed. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 345.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 346.



combate à suposta subversão da ordem pública. Embora nos discursos contemporâneos os conceitos de “elite” e de “inimigo interno” não sejam mobilizados para narrar os anos da ditadura, a narrativa historiográfica militar, escrita em grande parte por oficiais graduados durante a ditadura, não deixa de pensar a conjuntura do golpe como derrubada de um governo corrupto e irresponsável e como derrota das ações subversivas dos comunistas.

### Os planos dos comunistas e de seus aliados

Para o discurso militar contemporâneo, o encontro entre os interesses do inimigo interno comunista e das elites sem legitimidade parece ter sido a causa da ameaça à ordem pública que poderia ser verificada na conjuntura da década de 1960. Naquele momento, segundo o General Lannes, o projeto do PCB “buscava uma ‘frente única’ e a concretização de uma ‘Revolução Democrática Burguesa’ ao aliar-se à insurreição ‘burguesa’ de Goulart e Brizola”.<sup>20</sup> O partido, ao adotar essa tática, “revelava fiel e rígida observância às diretrizes de Moscou, que recomendavam o ‘assalto ao poder pela via pacífica’, em contraposição a linhas de ação mais açodadas e radicais”.<sup>21</sup> Como consequência, dada a convergência de interesse entre Goulart, Brizola e os comunistas, “em março de 1964, a desordem e a intranqüilidade atingiram novos patamares”, ocorrendo greves e aumentando “as arruaças e ameaças de intervenção de grupos armados ligados a Brizola”.<sup>22</sup> Os discursos dos militares procuram mostrar que a agitação do PCB teria sido vitoriosa ao conquistar uma ampla influência na sociedade e no governo, abrindo assim a possibilidade concreta para a tomada do poder pelo partido e seus aliados.

Conquistando amplos segmentos de massas, os comunistas e os demais setores das esquerdas teriam, segundo essas versões militares, condições de colocar em prática seu plano, que, aliás, é mencionado sem que seja apresentada qualquer documentação. Essa ausência de documentação não impediu que tais informações fossem veiculadas como verdadeiras em numerosos textos, escritos e publicados ao

---

<sup>20</sup> LANNES, Op. Cit., p. 49.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 50.

longo das últimas décadas. Em um desses textos, escrito recentemente, o Coronel Aricildes Motta, além de afirmar que havia por parte do governo de João Goulart a intenção de “chegar rapidamente à República Sindicalista de vezo marxista”, descreve que

a estratégia a ser aplicada no Brasil compreendia duas fases distintas. Na primeira, ocorreria um tipo de golpe revolucionário a ser promovido por João Goulart; o Congresso seria fechado e seriam realizados muitos expurgos de elementos contrários. Na segunda fase, os golpistas seriam afastados e a esquerda revolucionária assumiria o Poder. Na verdade, os comunistas não iniciariam a revolução marxista-leninista. Goulart se incumbiria de fazê-lo.<sup>23</sup>

Entre os militares consolidaram-se discursos que afirmam que estava em andamento uma conspiração subversiva e de que a deposição de João Goulart teria sido fundamental para impedir a subversão da ordem pública. Esse tipo de discurso foi reforçado ao longo de décadas, remetendo-se como “prova” justamente os oficiais militares que estiveram presentes naqueles anos. Um deles, o então General Ferdinando de Carvalho, escreveu em texto publicado originalmente em junho de 1964:

Dentro da mais rigorosa técnica comunista, o movimento subversivo dever-se-ia deflagrar, com a imposição de uma situação insustentável, motivada pela insolvência de um problema crítico, implantar-se-ia uma ditadura, possivelmente chefiada por João Goulart e apoiada em um dispositivo militar e nas milícias operárias e camponesas mobilizadas.<sup>24</sup>

Permanece hoje com poucas mudanças uma forma de encarar os eventos de 1964, apontando para uma conspiração comunista e, mesmo com todas as discussões no campo da historiografia nessas quatro décadas, grande parte das produções de caráter histórico elaboradas pelos militares continua presa aos relatos produzidos pelas percepções de alguns oficiais do período. Percebe-se também que o

<sup>23</sup> MOTTA, Aricildes, *A história e a Revolução*, 2005, p. 39.

<sup>24</sup> CARVALHO, Ferdinando. *A guerra revolucionária comunista no Brasil*. In: *A revolução de 31 de março*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 101-2.

anticomunismo e a percepção das “massas” como facilmente manipuláveis estão presentes hoje nos escritos dos militares, constitui-se em permanência de representações elaboradas ainda no contexto da década de 1960.

Se havia um plano tão bem urdido para instaurar uma ditadura encabeçada por João Goulart e assim caminhar para o socialismo, era preciso fazer algo que interrompesse essa perigosa escalada. Nessa questão, testemunhos orais, artigos escritos durante a ditadura e textos produzidos contemporaneamente são repetitivos e claros em suas formulações. Para os militares, o país vivia uma completa desordem e o desfecho disso, caso eles não fizessem nada, seria um regime ditatorial esquerdista ou mesmo uma guerra civil com conotações ideológicas, colocando em risco aquela ordem social e política.

No sentido de garantir a estabilidade das instituições, os militares entendiam que uma ação política por parte das Forças Armadas se colocaria como única possibilidade de garantir a ordem constitucional, diante dos ataques da esquerda à ordem pública. No discurso dos militares, os esquerdistas pretendiam pela força impor um regime ditatorial, para tanto apostando na conspiração militar e na criação de ilusões nas “massas” ignorantes. Com isso, mesmo que fosse preciso quebrar temporariamente a ordem constitucional, derrubando um presidente democraticamente eleito, essa ação estaria amparada na necessidade de defesa dos interesses maiores da nação, que emanam do povo e são superiores a governos ou mesmo às Forças Armadas. Os militares seriam os intérpretes dos interesses “populares” e teriam a função de garantir esses interesses. Nesse sentido, conclui o General Lannes que

a momentânea quebra da ordem institucional, respaldada e legitimada pelo Congresso e pelo imenso apoio popular, salvou a democracia, ameaçada pela intimidação do parlamento, pela pressão das massas sindicalizadas e pela anarquia das Forças Armadas.<sup>25</sup>

Para os militares, por meio do “movimento revolucionário” foi possível garantir a ordem pública, impedindo a continuidade das ações subversivas empreendidas pelas esquerdas. Depois da “revolução”, o país poderia voltar a caminhar pra a frente, passados os tempos de turbulência.

<sup>25</sup> LANNES, Op. Cit., p. 50.

## Entre as “conquistas” e o desenvolvimento

Os discursos recentes produzidos pelos militares não se limitam a narrar versões a respeito do golpe e justificá-lo a partir do argumento de uma ação preventiva diante de um suposto golpe promovido pelas esquerdas. Os militares também elaboraram discursos para legitimar política e historicamente os governos nascidos do golpe, justificando as ações repressivas como uma espécie de mal menor.

De um lado, vê-se a propaganda de uma série de medidas da ditadura por eles consideradas positivas, como a modernização do país, o desenvolvimento da economia, a ordenação e organização da sociedade e a moralização da política. Por outro lado, alguns militares procuram mostrar os grupos e movimentos de resistência à ditadura como subversivos ou terroristas, cujo objetivo seria tomar pelas armas o poder e impor ao país uma ditadura comunista. Essas representações a respeito do inimigo interno, embora mantenha muitas relações com aquelas produzidas no período anterior, trazem traços novos, na medida em que desta vez alguns desses “inimigos” efetivamente estavam em armas, o que não significa dizer que esses grupos tinham condições de derrubar a ditadura e muito menos de dirigir uma revolução socialista.

Os militares e civis que participaram dos governos ditatoriais procuram apresentar esse período em seus testemunhos como momento positivo e marcado por grandes conquistas para o Brasil. Para Armando Falcão, Ministro da Justiça no governo Geisel, “foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional”.<sup>26</sup> Por outro lado, teriam sido “acertos da revolução”, conforme o General Rubens Denys, “o restabelecimento do princípio de autoridade (...) o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais”.<sup>27</sup> Segundo o economista Antônio Delfin Neto, que ocupou diferentes cargos nos governos ditatoriais, “nosso país construiu uma indústria extremamente sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando”.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> Entrevista realizada em 27 de junho de 2001, em MOTTA, Aricildes, *1964 – 31 de março*, 2003, t. 1, p. 219.

<sup>27</sup> Entrevista realizada em 8 de junho de 2000, em *Ibidem*, t. 1, p. 184.

<sup>28</sup> Entrevista realizada em 26 de setembro de 2001, em *Ibidem*, t. 5, p. 155.

Os militares teriam cumprido o papel por eles pretendido, ainda que a “grande mentira” produzida e repetida pelas esquerdas tente desqualificá-los. Quando olham para os “governos da revolução”, os militares os vêem como um período de conquistas e vitórias. Em seus discursos, ressaltam conquistas em termos sociais, políticos e econômicos, e vitórias contra as ameaças externas e movimentos que queriam pôr fim à “democracia” então vivida no país. O inimigo interno insistentemente continuava a ameaçar a ordem pública, obrigando o “processo revolucionário” a se estender até alcançar o que os militares considerassem certa “paz social”. Esses elementos teriam dado à “revolução de 1964” uma grande importância histórica. Nas palavras do Coronel Nilson Ferreira Mello, que também carrega o título de historiador,

as realizações do movimento de 1964 são inúmeras e importantes, tanto pelo que foi feito quanto pelo que se impediu que se fizesse. Iniciado como uma reação à revolução comunista em marcha, seus efeitos, nos diversos campos das atividades nacionais, acabaram por justificar sua colocação como uma das mais importantes revoluções brasileiras, como a Guerra da Independência e a Proclamação da República.<sup>29</sup>

Essa exaltação às “conquistas” dos governos da ditadura, em grande medida, dá-se em comparação ao período anterior. O Coronel Jarbas Passarinho, que também ocupou variados cargos ao longo da ditadura, criticando o período anterior, afirma:

Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência da República, o Brasil era um país subdesenvolvido e vivia uma hiperinflação. Exportávamos sobremesa: café, açúcar e cacau, algo aquém de um bilhão de dólares. Éramos a 48ª economia do mundo. Importávamos quase todo o petróleo, gasolina, diesel e querosene.<sup>30</sup>

Referindo-se ao conjunto dos “governos revolucionários”, o Coronel Nilson Mello divide suas “realizações” em dois aspectos: econômicos e sociais. Destaca as

<sup>29</sup> MELLO, Nilson Vieira Ferreira de. Reflexões sobre o 40º aniversário da revolução de 1964. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 142, set/out/nov/dez de 2005, p. 44.

<sup>30</sup> PASSARINHO, Jarbas. História: movimento de 31 de março de 1964: recordando um estadista. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XCIII, nº. 807, jan/fev/mar/abr de 2007, p. 74.

obras de engenharia, como ferrovias e rodovias, que “mudaram completamente o panorama dos transportes terrestres, facilitando o escoamento de produtos e estimulando a produção”. Também destaca a capacidade instalada de energia elétrica, que “expandiu-se a uma taxa de cerca de 700%, graças à construção de gigantescas usinas hidroelétricas, como Itaipu e Tucuruí”. Por outro lado, “cuidou-se de melhorar a matriz energética do país, muito calcada no petróleo, com a utilização de fontes alternativas de energia. O programa Pró-Álcool e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha são exemplos dessa preocupação”. Também destaca outros aspectos como os investimentos nas telecomunicações, por meio do Plano Nacional de Telecomunicações, bem como o planejamento governamental, por meio dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, bem como o combate à inflação.<sup>31</sup> Por outro lado, salientando que a solução dos problemas sociais estaria relacionada com os recursos gerados pelo desempenho econômico, afirma que foi o regime governado pelos militares que

incorporou à Previdência Social (...) vinte milhões de trabalhadores rurais. E mais, promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social como o FGTS, o PIS/PASEP, o Sistema Nacional de Habitação e o BNH que, apenas nos cinco primeiros anos de funcionamento, construiu 750 mil casas populares.<sup>32</sup>

Essas descrições, encontradas nos discursos contemporâneos dos militares acerca da ditadura, não trazem grandes novidades em relação à propaganda da própria ditadura a respeito de suas “conquistas”. Nas palavras do General João Baptista Peixoto, fazendo em 1975 um balanço dos governos “revolucionários”, teria cabido a esses “a gigantesca tarefa de promover as reformas estruturais indispensáveis para acelerar o desenvolvimento econômico e social do país, em ritmo consentâneo com o atual progresso do mundo”.<sup>33</sup> Em 1978, afirmava-se em outro documento: “o que se conseguiu fazer em quatorze anos configura uma obra

<sup>31</sup> MELLO, Op. Cit., p. 45.

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> PEIXOTO, João Baptista. *Conquistas de uma década: radiografia sócio-econômica do Brasil revolucionário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Artenova, 1975, p. 172.

incontestável, verdadeiramente admirável e empolgante, não só no campo da infraestrutura nacional, como em vários setores básicos do desenvolvimento econômico e social do País”.<sup>34</sup>

Se hoje discursos semelhantes ou mesmo iguais são parte das disputas políticas em torno da história e da memória da ditadura, décadas atrás a propaganda elaborada pelos governos repressivos foi parte da necessidade de legitimação do regime. No plano político, os governantes buscavam “encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassassem o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada”.<sup>35</sup> Para tanto, durante a ditadura,

os integrantes do grupo de poder do regime militar se empenhavam em demonstrar que existiam pontos de conexão entre a sua proposta de democracia e as realizações econômicas daquele período. O denominado “milagre econômico” era enfatizado como a ratificação dos propósitos da ditadura de uma nação em que prevalecesse a sua suposta democracia com responsabilidade.<sup>36</sup>

O “milagre brasileiro”, assim chamado como analogia a fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, foi “um período de vários anos consecutivos em que a economia do país (...) teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos”.<sup>37</sup> Por outro lado, “a intensa divulgação do ufanismo oficial tinha o propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no

<sup>34</sup> A NAÇÃO que se salvou a si mesma. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978, p. 41.

<sup>35</sup> EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4, p. 219.

<sup>36</sup> REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985)*. Londrina: Ed. da UEL, 2001, p. 115.

<sup>37</sup> BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 18ª ed. Petrópolis Vozes, 1998, p. 322.

país”.<sup>38</sup> No caso do “milagre brasileiro”, a economia “estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada”.<sup>39</sup>

Hoje, as produções de caráter histórico escritas pelos militares identificam no “desenvolvimento econômico sob inspiração militar” o fator positivo determinante do “sucesso” do regime.<sup>40</sup> Também nesse ponto, a escrita do passado está informada pela doutrina elaborada pela ESG, cujo eixo atravessa justamente os conceitos de segurança e desenvolvimento. Por certo, conforme ponderaram alguns pesquisadores, como Carlos Fico, não é possível estabelecer uma relação mecânica entre a doutrina e as ações dos governos da ditadura.<sup>41</sup> Mas, ainda que possam ser feitas ponderações a respeito do papel exercido pela doutrina da ESG nas ações do governo, pelo menos os textos pretensamente historiográficos elaborados pelos militares trazem uma clara inspiração dessa doutrina.

Nesses textos, os militares olham para o passado procurando identificar algo que se encaixe na definição de desenvolvimento, ou, mais precisamente, de Desenvolvimento Nacional, um “processo global do fortalecimento e de aperfeiçoamento do Poder Nacional, particularmente de seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais, e à consecução do Bem Comum”. Esse processo se materializa por meio da Política de Desenvolvimento, entendida como “conjunto de objetivos e decisões governamentais que tem como propósito atender aos anseios de evolução e orientar e conduzir o processo global que visa à consecução do Bem Comum”.<sup>42</sup> Trata-se, portanto, da realização de ações em diferentes âmbitos que visem, entre outras coisas, a realização de certo progresso material e mesmo espiritual, que responde ao

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 324.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> RODRIGUES, Francisco. O desenvolvimento econômico sob inspiração militar. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 144, mai/jun/jul/ago de 2007.

<sup>41</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 40-1.

<sup>42</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Op. Cit., p. 178.



planejamento e às ações daqueles que governam poder nacional, que, no caso da doutrina, são as elites civis e militares.

### Garantir a segurança

Na doutrina da ESG, esse aspecto do desenvolvimento está associado diretamente à segurança, ou, melhor dizendo, para alcançar o desenvolvimento almejado, a segurança e a garantia da ordem pública eram elementos fundamentais. Segundo Maria Helena Moreira Alves, em análise do Estado ditatorial iniciado em 1964,

o manual da ESG define como meta do desenvolvimento econômico a conquista de completa integração e completa segurança nacional, em especial considerando-se que um país subdesenvolvido é particularmente vulnerável à estratégia indireta do inimigo comunista.<sup>43</sup>

Continua a aparecer no discurso militar contemporâneo essa interpretação de uma relação de interdependência entre segurança e desenvolvimento. Segundo o General Lannes, “ao estabelecer o clima de ordem e paz e o princípio de autoridade, o período revolucionário propiciou profundas, benéficas e duradouras transformações. Nunca antes, na história deste país (e nem depois) viveu-se tempo de tão acelerado progresso e concretas realizações”.<sup>44</sup> No mesmo sentido o General Augusto afirma que “o restabelecimento da ordem, condição essencial para a estabilidade e para a retomada do desenvolvimento, era um dos objetivos da revolução”.<sup>45</sup>

Nas produções de caráter histórico escritas pelos militares a respeito da ditadura, essa questão aparece de diferentes formas e em diferentes contextos. Contudo, na discussão aqui proposta dois aspectos são importantes. Primeiro, os grupos de oposição são apresentados como perigosas organizações “terroristas” que

<sup>43</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 48.

<sup>44</sup> LANNES, Op. Cit., p. 51.

<sup>45</sup> AUGUSTO, Op. Cit., p. 158.

pretendiam instalar pela força uma “ditadura” comunista no Brasil. Por outro lado, a repressão teria sido quase como uma necessidade indesejável diante das ações “terroristas” de setores das esquerdas. Nas palavras de um militar que vivenciou o período, “é evidente que, dadas a extensão e a profundidade da subversão comunista, os governos revolucionários tiveram de se revestir do caráter autoritário, necessário à sua repressão”.<sup>46</sup> Essa oposição golpista e armada poderia trazer empecilhos ao desenvolvimento, o que obrigava os governantes a fazerem o máximo que fosse necessário na busca pelo almejado “Bem Comum”.

Seguindo a análise empreendida pelo General Augusto, no livro *A grande mentira*, pode-se identificar de que forma a repressão é justificada e positivada, a partir da compreensão de que “a busca dos meios e modos de promover o desenvolvimento nacional teria de caminhar *pari passu* com o restabelecimento da ordem”.<sup>47</sup> O general parte da identificação de que, mesmo após o golpe de 1964, persistiam no cenário político brasileiro organizações que teriam o objetivo de implantar uma “ditadura do proletariado” no Brasil e que estavam infiltradas em dois importantes segmentos, o sindical e o estudantil.

O principal marco legal da repressão estatal nesse momento era dado pelo Ato Institucional (AI), instituído em 9 de abril de 1964, depois conhecido como AI-1, que, segundo o General Augusto, “outorgava à revolução poderes para a rápida transformação do País”, dando “ao presidente da República o poder de introduzir emendas constitucionais”, além de abreviar “o processo de elaboração dos atos legislativos”.<sup>48</sup> Como forma de combater as ações “subversivas”, na área sindical uma das medidas “foi a prisão imediata dos líderes e agitadores conhecidos”, além da “prisão da cúpula comunista que manipulava as confederações, o PUA e a CGT” e a “intervenção governamental em cerca de 15% dos sindicatos e autarquias que atuavam de forma irregular – desviando receitas, obtendo empréstimos ilegais e promovendo coação nas eleições sindicais”.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999, p. 11.

<sup>47</sup> AUGUSTO, Op. Cit., p. 161.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 161.

Entre os estudantes, no entender do General Augusto, “a propaganda subversiva criara raízes mais profundas, em especial nas universidades”, além do que “a desorganização do Ministério da Educação era total”.<sup>50</sup> Uma das ações do governo para controlar o movimento estudantil foi a Lei Suplici, de novembro de 1964, que “proibia as atividades político-partidárias” e levava às eleições das entidades estudantis “a obrigatoriedade do voto, o colegiado formado apenas por estudantes regularmente matriculados, o mandato eletivo por prazo certo, o registro prévio dos candidatos, a eleição em dia certo, a inviolabilidade do voto, a apuração imediata após a eleição”.<sup>51</sup> Essa lei visava principalmente afetar a esquerda, afinal, segundo o General Augusto, da forma como eram normalmente organizadas, nessas eleições “só votavam, na verdade, os estudantes por ela [pela esquerda] doutrinados, o que lhe garantia o total controle dos órgãos da classe”.<sup>52</sup>

Essa esquerda mencionada pelo General Augusto era constituída por um conjunto de numerosos grupos que vinham se organizando desde antes de 1964. Segundo o General Augusto, “as prisões efetuadas logo após a revolução só atingiram alguns líderes mais conhecidos do PCB, pois as forças policiais não possuíam um serviço de informação bem estruturado” e “sequer conheciam todas as estruturas subversivas atuantes no país”.<sup>53</sup> Como consequência, “o PC do B, com apenas dois anos de existência, e a POLOP, a AP, e o PORT, pouco conhecidos, praticamente não foram atingidos”.<sup>54</sup>

Em maio de 1964, segundo o General Augusto, o PCB “iniciou a rearticulação de sua estrutura, com reuniões parciais do Comitê Central em São Paulo e na Guanabara”, embora essas reuniões servissem como “pano de fundo para o acirramento de uma luta interna, caracterizada pelo choque entre radicais e

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> Ibidem.

moderados e insuflada pela discussão sobre as causas do insucesso de linha política então adotada e, naturalmente, pela procura de culpados”.<sup>55</sup>

Paralelo a esse processo de rearticulação das esquerdas, os próprios militares passaram a enfrentar crises no governo. O General Augusto afirma que os militares “havia decidido não entregar de imediato o poder a qualquer facção político-partidária”, pois “temiam a volta da corrupção e da subversão”.<sup>56</sup> Passados alguns meses depois da “revolução”, “os objetivos traçados para o retorno à normalidade democrática pressupunham a continuidade revolucionária para além do mandato presidencial a se findar em breve”. Segundo o General Augusto, esses objetivos “exigiam prazo de maturidade e medidas amargas: não seriam alcançados sem traumas”.<sup>57</sup> Para o “governo revolucionário” colocava-se ainda “a necessidade de se obter unidade de pensamento em torno do alcance e da profundidade da necessária *limpeza da área* e das punições decorrentes”.<sup>58</sup>

Essas considerações do General Augusto antecedem no livro justamente sua exposição dos motivos que levaram os governos militares a implantar o Ato Institucional 2 (AI-2). Um dos elementos apontados passa pelas cisões civis na base de apoio do “governo revolucionário”. Esse apoio estaria condicionado aos interesses particulares desses setores, ou seja, ao que poderiam conquistar nos novos governos, por exemplo, o apoio na sucessão presidencial. Dessa forma, logo se afastaram dos “governos revolucionários” líderes políticos como Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, julgando-se prejudicados por reformas na legislação eleitoral. Por outro lado, “grupos importantes foram retirando o apoio ao Governo, à medida que as metas da revolução passavam a contrariar as suas próprias ou a não coincidir com elas”, como “ocorreu com os produtores rurais, quando a aprovação da Reforma Agrária quebrou o tabu da indenização em dinheiro,

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> Ibidem, grifos do autor.

e com muitos outros empresários, descontentes com os desdobramentos da política financeira”.<sup>59</sup>

Por outro lado, no próprio governo parecia haver dissensões e formas diferentes de encarar o projeto militar. Segundo o General Augusto, em 1965, “o presidente Castello Branco estabeleceu como política oficial o retorno à normalidade. Os setores encarregados da manutenção da ordem, entretanto, consideravam precipitada aquela abertura”, enquanto outros estavam “mais preocupados com a necessidade de se institucionalizar o Estado em bases permanentes de aprovação popular”.<sup>60</sup> Essa postura considerada “legalista” do governo teria deixado descontente uma parte dos militares, principalmente um conjunto de coronéis, base do que ficaria conhecido como “linha dura”, envolvidos na chefia de inquéritos que investigavam ações consideradas subversivas.

Em um cenário confuso, em que líderes como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto se encontravam na oposição e inclusive ameaçavam a estabilidade política, o governo perdeu as eleições em dois estados considerados muito importantes, Guanabara e Minas Gerais, onde venceram Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro, ligados a Juscelino Kubitschek. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, então governadores dos dois estados, se opunham inclusive à realização do pleito. Seguiu-se um período de grande agitação política, provocada por Lacerda e Pinto, que se materializa em uma crise dentro do governo, resolvida apenas com a edição do AI-2, que estava, segundo o General Augusto,

destinado a reunificar os grupos revolucionários em torno do poder incontestável da revolução. No ato, estavam postas as medidas julgadas indispensáveis para assegurar a autodefesa da revolução e a sua continuidade. Muitas reivindicações dos líderes revolucionários, como a dissolução dos partidos, e até mesmo algumas idéias dos governadores de Minas e da Guanabara estavam nele contidas. (...) O AI-2, todavia, permitiu assegurar a posse tranquila dos eleitos, que foi um passo importante em direção a essa mesma normalidade democrática.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 173.

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 179.

Essa, contudo, não foi a última medida repressiva mais dura da ditadura, encontrando-se nas produções de história dos militares justificativa para um maior endurecimento, no final da década de 1960, sendo apresentadas como ações a contragosto, diante da continuidade das ações “subversivas”. Para o General Aricildes Motta,

os incidentes provocados pela fala ostensiva do Deputado Márcio Moreira Alves, no recinto do Congresso, e o agravamento da luta armada foram as vertentes que conduziram ao AI-5, uma alternativa lógica para a continuidade de um Estado fortalecido militarmente. As condições políticas vividas naquela situação, nacional e internacional, justificaram aquela opção.<sup>62</sup>

Também refletindo a respeito desse contexto, o Coronel Nilson Mello afirma que,

durante o governo Castello Branco e parte do governo Costa e Silva, buscou a Revolução atingir objetivos sem ferir demasiadamente os princípios democráticos, em nome dos quais e em cuja defesa ela se fizera. Foi o recrudescimento dos atentados terroristas – os atos criminosos de assaltos a banco e de assassinatos seletivos, o crescimento de organizações voltadas para a luta armada, as guerrilhas rurais e urbanas – que obrigou o regime a adotar medidas mais duras de repressão.<sup>63</sup>

Os governos controlados pelos militares, apesar da repressão desencadeada desde 1964, não conseguiram pôr fim às lutas sociais no país. Desde o golpe de 1964, principalmente como reação à Lei Suplicy e às leis de reforma na educação, os estudantes vinham se mobilizando contra a ditadura.<sup>64</sup> Também, em resposta ao assassinato do estudante Edson Luis, realizou-se a Passeata dos Cem Mil, em 1968. Nesse mesmo ano, ocorreram duas importantes greves de metalúrgicos, em

<sup>62</sup> MOTTA, Aricildes, *A história e a Revolução*, 2005, p. 40.

<sup>63</sup> MELLO, Op. Cit., p. 46.

<sup>64</sup> SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p. 99.

Contagem (MG) e em Osasco (SP), escapando do rígido controle imposto pelo Ministério do Trabalho ao movimento sindical.<sup>65</sup>

Fazem parte dessa conjuntura os embates em torno da cassação do mandato do deputado Marcio Moreira Alves e o crescimento do número de organizações que aderiram à luta armada. O primeiro fator expressa uma crise no bipartidarismo oficial da ditadura, na medida em que este não conseguiu resolver por dentro da “legalidade” essa polêmica. Essa crise teve início quando o referido deputado chamou ao boicote das comemorações do Dia da Independência, afrontando de frente as próprias instituições, em solidariedade aos estudantes que vinham sendo reprimidos pela ditadura. O caso tomou proporções maiores quando a cassação não foi aprovada pelo Congresso Nacional, tendo sido rejeitada inclusive por alguns parlamentares do partido governista.<sup>66</sup>

Quanto à luta armada, embora fosse um movimento de resistência à ditadura, tinha um peso político bastante limitado, antes e depois do AI-5. Percebe-se a falta de adesão da sociedade ao seu projeto, afinal “a luta armada manteve-se como um enfrentamento de poucos”.<sup>67</sup> Os grupos eram bastante pequenos, conhecendo muitas e constantes cisões, e não conseguiram organizar uma luta popular contra a ditadura. Suas ações eram bem limitadas, ainda que amparadas por um voluntarismo que, em muito, subestimava a correlação de forças instaurada pelo golpe civil-militar.

O AI-5, bem como o aprofundamento da repressão desencadeada pelos governos ditatoriais, responde muito mais a uma instabilidade social e política da sociedade, no final da década de 1960, abrindo uma crise que poderia vir a derrubar a própria ditadura. Nesse momento, além das lutas dos trabalhadores e estudantes, uma parcela da classe média e mesmo da burguesia estava rompendo com o regime, ou seja, o bloco de apoio do golpe mostrava uma cisão importante justamente em setores

---

<sup>65</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIRIO: Boitempo, 2001, p. 161-177.

<sup>66</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 129-30.

<sup>67</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 71.

da população que mais se mobilizaram contra o “perigo vermelho” em 1964. Essas medidas repressivas não eram apenas respostas contra a “subversão”, mas um dos mecanismos que visavam controlar as dissidências que vinham ocorrendo na sociedade e poderiam fazer ruir o projeto que vinham construindo os militares e seus aliados.

### **Uma “revolução” vitoriosa?**

Essas interpretações produzidas pelos militares a respeito da ditadura podem gerar uma primeira impressão de que o projeto por eles defendido e implantado teria sido vitorioso e teria dado as bases para o Brasil de hoje. Os governos “revolucionários” teriam efetivamente conseguido estabilizar social e politicamente o país, derrotando os representantes locais de forças externas, e conquistado o “desenvolvimento econômico sob inspiração militar”, superando o subdesenvolvimento e derrotando os movimentos subversivos. Tudo isso teria possibilitado a “abertura democrática” e a entrega do poder a um governo civil, fazendo do Brasil um país desenvolvido e seguro. Com isso, não seria mais necessário que os militares controlassem as instituições estatais ou mesmo participassem diretamente da vida política.

Entretanto, há pelo menos duas dimensões que escapam às interpretações propostas pelos militares a respeito desse período histórico. Em primeiro lugar, que as chamadas “conquistas” carregavam contradições que não eram apenas do cenário da luta entre governo e “forças subversivas”, mas estavam marcadas pela própria existência e disputas entre as classes ou outros setores sociais. Para ser mais preciso, a propagação desse “desenvolvimento” trouxe índices grandiosos para o conjunto de estatísticas governamentais, e que são ainda hoje propagados, mas resultou no aumento da exploração da força de trabalho, controlando o movimento sindical de tal forma a obrigar a aceitação de baixos salários. Por outro lado, o “desenvolvimento” foi pago em grande medida por financiamento externo, ou seja, enquanto criava certa infra-estrutura industrial, o Brasil assumia compromissos econômicos e políticos com outros países, como os Estados Unidos, e com entidades internacionais, como o FMI, contraindo dívidas que ainda hoje mantém o Brasil atrelado a esses agentes financeiros.



Por outro lado, diferente do que expressam os discursos dos militares, a ditadura não foi um regime de salvação nacional, que tanto pôs fim à ameaça do inimigo interno como reorganizou a vida nacional, supostamente ameaçada pelas investidas golpistas de parte da esquerda. Esse não era o principal projeto dos militares, mas apenas uma forma de chegar a ele, que era a “potência de porte médio”, pensada desde a década de 1950. Também não era seu projeto a transição democrática, pois essa não foi produto da estabilização do regime, mas arrancada pelas lutas sociais de resistência, ao longo dos anos da ditadura.